

RESOLUÇÃO

Vivemos tempos em que o novo quadro político criou expectativas aos trabalhadores e ao povo que não podem ser defraudadas. Aproxima-se a discussão do Orçamento do Estado para o novo ano e é este o momento em que cabe ao Governo, no quadro dos compromissos assumidos com o povo e com os partidos com assento parlamentar (PCP, BE e PEV), apresentar propostas que respondam às dificuldades vividas pelas populações, resultantes de décadas de políticas de esbulho e ataque aos trabalhadores e aos seus direitos.

Se é verdade que em 2017, com a luta dos trabalhadores, foi possível a eliminação da sobretaxa, o fim da requalificação, o início muito tímido da resolução do problema da precariedade na Administração Pública, a reposição dos salários acima dos 1500€, além do já conquistado em 2016, é também verdade que os trabalhadores da Administração Pública, não têm qualquer aumento desde 2009, a esmagadora maioria dos trabalhadores não tem alteração da posição remuneratória desde 2005, as pensões mínimas tiveram aumentos pouco significativos (as mais baixas 4 cêntimos/dia) e as pensões superiores a 628,83€ continuaram congeladas desde 2010.

Sem abrir qualquer processo negocial, o Governo anunciou ter decidido, unilateralmente, que não haverá, nos próximos anos, aumentos anuais para os trabalhadores da Administração Pública e que os descongelamentos das progressões nas carreiras não será para todos nem imediato. O PREVPAP – Programa de Regularização Extraordinária dos Vínculos Precários na Administração Pública – está a revelar-se um pesadelo burocrático, através do qual se excluem milhares de trabalhadores com vínculos precários e permitindo a contínua contratação de mais trabalhadores em situação de precariedade, dada a grave falta de pessoal em toda a Administração Pública (veja-se o exemplo dos trabalhadores não docentes, onde faltam mais de 6000 trabalhadores nas escolas, os 23 mil docentes que tendo sido excluídos do PREVPAP, não tiveram uma solução à medida da situação de precariedade que vive o setor, ou a falta gritante de enfermeiros e auxiliares nos hospitais, CEI e colocação de trabalhadores por empresas de trabalho temporário, entre tantas outras situações).

É necessário o reforço da Administração Pública com a contratação de mais trabalhadores com vínculo público, o fim dos bloqueios à contratação na Administração Local, Central e Regional e a revisão urgente das normas mais gravosas da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas que veio introduzir entorses graves no direito laboral da Administração Pública reduzindo substancialmente os direitos dos trabalhadores.

É urgente o aumento digno dos salários e das pensões, a reposição do pagamento do trabalho extraordinário, das horas de qualidade e demais matérias pecuniárias, o descongelamento das posições remuneratórias, o respeito e dinamização da negociação coletiva, a abertura de concursos, a erradicação imediata da precariedade na Administração Pública, a criação de condições com a dotação orçamental dos serviços públicos que permitam o cumprimento das propostas inscritas na Proposta Reivindicativa Comum para, desta forma, colocar a Administração Pública ao serviço das populações, respeitando e dignificando os seus trabalhadores.

Confrontados com estes problemas, que continuam por resolver, os trabalhadores da AP nunca deixaram de lutar, tendo já anunciado novas ações e lutas, sendo de assinalar:

- A greve da Cultura dia 14 e 15 de Abril, contra a precariedade, aumento da dotação dos mapas de pessoal e pela recuperação das carreiras específicas;
- A grande luta dos trabalhadores não docentes das Escolas da Rede Pública do passado dia 21 de Abril, pela negociação do seu Caderno Reivindicativo, entregue pela Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais;
- A grande manifestação dos trabalhadores da Administração Local, convocada pelo STAL e pelo STML, e que se realizou em 21 de Abril de 2017;
- A grande greve dos médicos dia 10 e 11 de Maio de 2017;
- A grande greve nacional de 26 de Maio, convocada pela Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais e pelo Sindicato dos Trabalhadores Civis das Forças Armadas, Estabelecimentos Fabris e Empresas de

Frente Comum de Sindicatos da Administração Pública

Defesa;

- A grandiosa jornada nacional de luta da CGTP-IN, em 3 de Junho de 2017;
- A greve nacional de professores do passado dia 21 de Junho;
- Concentração dos trabalhadores com vínculo precário no dia 21 de junho de 2017;
- A grande greve dos enfermeiros, convocada pelo SEP, realizada em 13 e 14 de Outubro de 2016;
- A greve de 24 horas dos trabalhadores da carreira de inspeção da ASAE no próximo dia 9 de outubro, convocada pela Federação Nacional de Sindicatos em Funções Públicas e Sociais;
- A vigília dos trabalhadores da saúde convocada pela Federação Nacional de Sindicatos em Funções Públicas e Sociais para o dia 12 de outubro, em frente ao Ministério da Saúde, entre as 16 horas e as 22 horas;
- A campanha nacional de luta dos professores “Valorizar a Educação e os seus profissionais; 2017/2018: Tempo de resolver problemas” e o Plenário Nacional de Professores e Educadores marcado para o próximo dia 4 de Outubro;
- A greve dos Enfermeiros nos ACES Lisboa e Norte que está decorrer
- A greve convocada pelo SEP para os dias 3, 4 e 5 de Outubro de 2017:

Mas porque a situação exige a continuação da ação e da luta reivindicativas e o tempo é o adequado para a sua concretização, a Cimeira da Frente Comum, reunida em Lisboa, a 19 de Setembro de 2017, decide:

a) Entregar a Proposta Reivindicativa Comum (PRC), em 20 de Setembro, no Ministério das Finanças, pelas 11h00, sendo promovida, nesse dia, local e hora, uma Conferência de Imprensa em que a mesma será divulgada;

b) Discutir nos órgãos dos sindicatos a realização de uma ação nacional de luta, a concretizar na última quinzena de Outubro, sem excluir a convocação de greve, sendo a mesma aprovada na reunião da Comissão Coordenadora da FCSAP, que se realizará em 3 de Outubro.

FCSAP

www.frentecomum.com